



A PRISÃO DO TRABALHADOR E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS NO CONTRATO DE TRABALHO

P E D R O M O T A P I N H O

NOVA CAUSA
EDIÇÕES JURÍDICAS

A PRISÃO DO TRABALHADOR E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS NO CONTRATO DE TRABALHO

Título

**A prisão do trabalhador e as suas consequências
no contrato de trabalho**

Autor

Pedro Mota Pinho

Editor

NovaCausa

Edições Jurídicas

NOVA CAUSA

EDIÇÕES JURÍDICAS

Braga, Portugal

www.novacausa.net

ISBN

978-989-8515-63-6

Design

Vitor Duarte

vitorduartedesign.blogspot.com

Impressão e Acabamento

Manuel Barbosa & Filhos, Lda

© 2019, abril

NovaCausa, Edições Jurídicas

A reprodução, total ou parcial, desta obra, por fotocópia ou qualquer outro meio, mecânico ou electrónico, sem prévia autorização dos autores e do editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.

A PRISÃO DO TRABALHADOR E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS NO CONTRATO DE TRABALHO

P E D R O M O T A P I N H O

NOVACAUSA
EDIÇÕES JURÍDICAS

ÍNDICE

Nota de advertência	9
Lista de siglas e de abreviaturas	11
Capítulo I: Introdução	13
Capítulo II: A prisão preventiva e o contrato de trabalho	17
1. Os entendimentos na doutrina	22
A. O entendimento atual e pacífico	22
B. O entendimento doutrinamente obsoleto	25
2. Os entendimentos na jurisprudência	28
3. Breves notas de Direito comparado	34
4. Reflexões e inflexões	36
Capítulo III: A prisão efectiva e o contrato de trabalho	39
1. Os entendimentos na doutrina	41
1.1. A suspensão do contrato	41
A. Do crime não doloso e da curta duração da pena	41
B. Da imputabilidade e do nexo de causalidade	43
C. Da culpa do trabalhador e do “dever de reflexão”	46
1.2. A caducidade do contrato	49
A. Da perda do interesse do credor	50
B. Da impossível concepção civilista no direito laboral	51
2. Os entendimentos na jurisprudência	52
3. Breves notas de Direito comparado	54
4. Reflexões e inflexões	58
Capítulo IV: Conclusões	63
Bibliografia	67

[CAPÍTULO I]

INTRODUÇÃO

Como o título indica, o presente estudo incidirá na questão da prisão preventiva e efectiva do trabalhador, nomeadamente, nas consequências que daí podem advir para o seu contrato.

Este tema despertou a nossa atenção – talvez pela sua singularidade – desde o nosso primeiro contacto com o direito laboral. Será que a prisão do trabalhador acarreta a pena capital para o vínculo laboral? Porque é que a nossa lei aparenta ser lacunosa quanto a este aspecto? Estas foram algumas perguntas que viajaram pelo nosso intelecto, o que acabou por despertar o desiderato em efectuar um estudo aprofundado sobre este tema.

Visando ser analíticos, decidimos dividir esta tese em duas partes: a prisão preventiva; e a condenação do trabalhador em pena de prisão efectiva. Assim o fizemos, porquanto estamos a tratar de duas realidades distintas que acabam por gerar diversas soluções, tanto na doutrina como na jurisprudência.

Por fim, aproveitamos o ensejo para dizer que com este estudo não pretendemos inovar, muito menos descobrir a solução para um imbróglio que dificilmente terá uma resolução unânime. Pretendemos, sim, dissecar os diversos entendimentos, tentando percebê-los e, da mesma maneira, expor o nosso entendimento que, ressalve-se já, nem sempre nos surgiu de imediato, mas através de longos processos de indagação.